



LEI Nº 1.450 DE 16 DE JULHO DE 2014

Altera a Lei nº 829, de 29 de junho de 2000, que estabelece o regulamento dos permissionários do transporte individual de passageiros do município de Arinos-MG, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS (MG)

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 829, de 29 de junho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º. (...)

V – quitação eleitoral e militar;

VI – atestado médico de sanidade física e mental;

VII – declaração de que possui residência no Município, com firma reconhecida em cartório;

VIII – certificado de conclusão de curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido pelo órgão de trânsito competente ou por outro órgão devidamente credenciado pelo Município para esse fim.

“Art. 5º - A. São vedados o aluguel, o arrendamento, a subpermissão, a alienação ou qualquer outra forma de negociação da permissão de táxi, admitindo-se, porém, a sua transferência na forma prevista nesta Lei”.

“Art. 7º. São obrigações dos permissionários:

(...)

VI – instituir seguro de vida e acidentes pessoais para os passageiros que estabeleça indenizações em caso de morte acidental, invalidez permanente e parcial”.

“Art. 15. O número de veículos de aluguel será proporcional à população do Município, na razão de 01 (um veículo) para cada 720 (setecentos e vinte) habitantes”.

“Art. 18. Os taxis deverão possuir obrigatoriamente:

(...)

IV – pintura na cor branca, com adesivo padronizado nas portas laterais dianteiras contendo a palavra **“TAXI” (NR)**.

“Art. 19 – A. A vida útil dos veículos utilizados no serviço de táxi será de 5 (cinco) anos, contados a partir do ano de fabricação”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS

RUA FRANCISCO PEREIRA N.º 2.231 – CENTRO – CEP: 38.680.000 – ARINOS-MG.

FONE: (38) 3635 2297 / FAX: (38) 3635 2167 / EMAIL: prefeitura@arinos.mg.gov.br

CNPJ: 18.125.120/0001-80



“Art. 20. Os permissionários do transporte individual de passageiros poderão manter relação empregatícia com motorista, desde que deem conhecimento à autoridade municipal competente, instituindo a notificação com declaração de responsabilidade e com as peças constantes dos incisos I, II, III, V, VI, VII e VIII do art. 4º, caput, desta Lei”.

“Art. 22 (...)

XLV – circular, com a finalidade de recrutar passageiros, em pontos de taxi estranhos ao seu;

XLVI – transportar objetos dentro do veículo que dificultem a acomodação dos passageiros”.

Art. 32 – (...)

IV – O permissionário colocar em circulação veículo com vida útil vencida.

Art. 2º Os atuais permissionários terão o prazo de 1 (um) ano, contando da publicidade desta Lei, para se adequar às novas exigências, inclusive para substituir o veículo com mais de 5 (cinco) anos de uso.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Arinos/MG, 16 de julho de 2014.

Roberto Sales
Prefeito Municipal